

## **OS KAINGANG: Aprendem a Escrever sua Própria Língua**

**Resumo = To Ra Sĩ:**

Danilo Braga

A língua é uma das línguas da família Jê, integrante do tronco Macro-Jê. O Kaingang e o Xokleng formam o conjunto de algumas das línguas e culturas Jê do Sul (ou de Jê Meridionais). A maioria das línguas e povos da família Jê vive bem mais ao norte: os Xavante (Mato Grosso), os Parakatéye (Pará), os Mebengokre, conhecidos como Kayapó (Pará e Mato Grosso), os Xerente, os Krahô, os Apinayé (Tocantins), os Apiniekrá, os Pukobyé, os Krinkati (Maranhão) e alguns outros. Atualmente os Kaingang somam mais de 40 mil pessoas que em mais de 40 Terras Indígenas e Acampamentos que reivindicam estudo de identificação e demarcação. Esse povo indígena que vive nessa região que abrange o sul de São Paulo ao norte do Rio Grande do Sul e são o terceiro maior povo do Brasil. Em sua língua que recebeu o nome de Kaingang a partir de 1882 e que também dá nome ao grupo existe uma divisão de dialetos, são cinco dialetos. Depois de sobreviver aos avanços do colonizador e dos projetos desenvolvimentistas do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) realizados nos anos que correspondem ao período de 1918 à 1967 do século XX. O SPI foi extinto em 1967 e substituído pela FUNAI (Fundação Nacional de Assistência ao Índio) que por pressões internas e externas passa a trazer para dentro dos Postos Indígenas pequenas mudanças, tais como construções de novas casas para os Kaingang e o direito a ter por família um pequeno pedaço de terra, um lote, para poder plantar o que necessitassem para sobreviver, estas pequenas mudanças trazidas pela FUNAI como percebemos, adiante, não foram suficientes para trazer profundas transformações nas situações que os Kaingang estavam enfrentando. Na época do SPI, os Kaingang apenas trabalhavam em lavouras coletivas na forma de mutirão. O restante das terras, cultiváveis, eram em grande parte arrendadas para colonos não indígenas. Estes colonos, em sua maioria, viviam em terras localizadas ao entorno das aldeias, mas com o passar dos anos foram introduzidos a morar dentro das reservas junto aos Kaingang. O povo Kaingang, assim como os demais povos indígenas do Brasil e aqui podemos incluir até mesmo outros povos da América, teve e ainda tem como tradição a transmissão de seus conhecimentos, costumes e crenças através do uso do instrumento oral, a oralidade. Os Kanhgág aprenderam a escutar e falar sua língua, não perceberam que era chegada a

hora de escrever, pois segundo Wiesermann, eles resistiram à ideia de se ensinar o Kaingang dentro de uma sala de aula. Queriam é que as crianças aprendessem o português e não sua própria língua. Bom, o momento ou período que enfrentam era e é difícil, então, o que precisam para sobreviver é aprender a língua do fóg (português), para tentar estabelecer alianças, entender melhor o que a sociedade ocidental tinha para oferecer e desta maneira, também, passam a poder enfrentar o que a vida estava lhes propondo naquele momento. A questão de bebida alcoólica dentro das aldeias vem de longa data. Muito embora, o SPI, enfrentava esta situação com uma repressão muito mais forte que os dias de hoje, mesmo assim, não houve solução para o problema. Em um artigo publicado em 2003, depois de muito tempo, foi abordado o problema do alcoolismo e a miséria dentro das Terras Kaingang. Que fique claro que naquele momento de negociações de um convênio não era possível fazer esta denúncia sobre o que estavam se passando com o povo Kaingang dentro das aldeias. Mas o convênio foi importante e teve aspectos positivos, por que abriu as portas das aldeias indígenas, oportunizando assim a entrada de informações que assimilada e digerida pelos indígenas Kaingang os ajudaria para empreender a luta que estava por vir. O projeto de pesquisa que analisa e trabalha com a escrita das línguas indígenas já estava sendo negociado desde 1954 pelo SIL (Summer Institute of Linguistics), pois o mesmo já tinha experiências em educação indígena na América Latina, particularmente no Peru. A proposta foi recusada pelo SPI, pois Cândido Rondon, criador do órgão, defendia a formação de um indigenismo estatal e laico, e não via com bons olhos a atuação das missões religiosas. O SIL conseguiu aprovação de seu projeto, mais tarde com a FUNAI. A primeira experiência junto aos Kaingang aconteceu no ano de 1969. Esta instituição passa, então, a ser oficialmente responsável pela educação indígena. Além de documentar as línguas indígenas, trabalhar na elaboração de alfabetos, das análises fonológica, gramatical e lexical, o SIL ficou encarregado da preparação de material de alfabetização na língua materna e de material de leitura para o treinamento do pessoal docente, tanto da FUNAI, como das missões evangélicas e da preparação de autores indígenas. “A atuação do SIL, portanto, se confundia com a atuação do Estado”. A portaria 233/FUNAI, de 03/10/69, criou no Rio Grande do Sul a “Escola Indígena Clara Camarão”, inaugurada em 19/02/1970, no Posto Indígena Guarita, localizada a noroeste do Estado. Esta escola tinha o propósito de sediar cursos para a formação de monitores bilíngues, sendo “a primeira experiência sistemática para a utilização do ensino bilíngue

junto às minorias tribais no Brasil”. Isso só foi possível graças aos convênios mantidos pela FUNAI em parceria com o SIL e com a IECLB (Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil). Neste sentido, tornou-se importantíssimo o curso de formação de Monitores Bilíngues que no início de década de 1970 passou a formar os primeiros indígenas para atuarem em sala de aula. Estes monitores após as suas formações foram contratados pela FUNAI para atuarem nas escolas das reservas indígenas de sua origem, na maioria das vezes. No caso de Ligeiro foram dois os primeiros monitores, os irmãos: Fabrício Fátanh Braga (in memorian) e Setembrino Póvénh Braga. Este fato torna-se um episódio importante, pois pela primeira vez, depois de muitos e muitos anos o indígena passa a participar do processo de educação escolar de sua própria comunidade. Antes esta tarefa era exercida por padres jesuítas, capuchinhos, auxiliares de ensino e professores todos não indígenas que sempre trabalharam no sentido alienação e desvalorização da cultura indígena. A Escola Clara Camarões atuou bem forte até meados de 1983 quando formou a última turma, desta vez nem todos conseguiram ser contratados pela FUNAI e acabaram voltando para suas aldeias para esperar uma próxima oportunidade que veio no início dos anos 1990. A Escola não só formou professores, mas também com a ajuda deles conseguiu trabalhar na criação da língua Kaingang escrita e a elaboração de um Dicionário Kaingang, muito usado atualmente nas escolas Kaingang. Uma nova oportunidade de busca de formação veio com o Curso de Formação de Professores na cidade de Bom Progresso e desta vez a formação seria em Ensino Médio Magistério Bilíngue. Nos anos de 2002 a 2005, o projeto Vãfy com a participação da Universidade de Ijuí (UNIJUI) e Universidade de Passo Fundo (UPF) na organização e execução ajudou a formar mais 80 alunos em nível de ensino médio e magistério bilíngue. Estes professores atuam atualmente nas aldeias indígenas do Rio Grande do Sul e eles estão vinculados ao Estado através de concursos e contratos emergenciais. O tema com toda certeza merecia ser investigado, mas deixaremos esta tarefa para uma abordagem futura.

**Palavras Chaves** = Vënh vï tar: Povo, Kaingang, Escrita, Língua.

**Referências:**

BORBA, Telêmaco. Actualidade Indígena. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

D'ANGELIS, Wilmar. A Língua Kaingang – [www.portalkaingang.org...](http://www.portalkaingang.org...)

RODRIGUES, Aryon Dall'lgna. Línguas Brasileiras. São Paulo: Edições Loyola...

WIESEMANN, Úrsula. Dicionário Kaingáng-Português, Português-Kaingáng. Brasília:  
SIL/FUNAI, 1971...

